

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.060 - SP (2019/0041317-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : CORYNTHO BALDOINO COSTA NETO
RECORRENTE : YARA HELENA FALCONI
RECORRENTE : JOSE MAURO DA SILVA
RECORRENTE : SALETTE MIRANDA NUNES
RECORRENTE : OVIDIO CEZAR NICOLETTI
ADVOGADO : LEONARDO MARIANO BRAZ - SP247464
RECORRIDO : SAO PAULO CAMARA MUNICIPAL
ADVOGADOS : CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER - SP155068
MARIA NAZARE LINS BARBOSA - SP106017
FERNANDA DE PIERI MIELLI FRANCO LIMA - SP287482
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
INTERES. : INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO PAULO
IPREM
PROCURADOR : PAULO ANDRE MOREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - SP371286

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR. ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS AO TETO CONSTITUCIONAL. FUMAÇA DO BOM DIREITO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por Coryntho Balduino Costa Neto e outros contra acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 1.777-1.795):

MANDADO DE SEGURANÇA - ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS AO TETO CONSTITUCIONAL CERCEAMENTO DE DEFESA - PRAZO REDUZIDO PARA MANIFESTAÇÃO E AUSÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA ANTERIOR AO CORTE REMUNERATÓRIO – Hipótese em que foi oportunizada a apresentação de defesa e de alegações finais – Decisão que aplicou o abate remuneratório, aliás, que apenas observou determinação do E. STF em sede do Tema n. 480 de Repercussão Geral – Inocorrência de violação aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa – Precedentes – Ausência de direito líquido o e certo a ser tutelado – Cassação da liminar, com determinação de devolução dos valores por força dela percebidos, conforme jurisprudência do E. STJ – Ordem denegada, com determinação.

Os recorrentes em suas razões delimitam que o presente recurso tem como propósito "exclusivamente" discutir acerca da inobservância do devido processo administrativo.

Sustentam que, na espécie, o procedimento administrativo está "eivado de vícios, uma vez que vai de encontro com todas as decisões proferidas nos mandados de segurança impetrados sobre a matéria pelos servidores da Câmara Municipal" (fl. 1.805 e-STJ).

Pedem liminarmente a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de que "os impetrados se abstenham de cobrar judicial ou extrajudicialmente os valores

recebidos em sede de liminar, até o final julgamento do *mandamus*".

Requerem ao final o provimento do recurso para que sejam declarados "irrepetíveis os valores recebidos de boa-fé pelos impetrantes em sede de liminar" (fl. 1.810, e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Para a concessão de efeito suspensivo ao recurso em mandado de segurança, deve-se demonstrar, de plano, a relevância do direito e a maneira pela qual o ato impugnado causa ou pode causar a ineficácia da pretensão deduzida, caso seja deferida apenas ao final.

Anote-se que os recorrentes em suas razões delimitam que o presente recurso tem como propósito "exclusivamente" discutir acerca da inobservância do devido processo administrativo.

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo por sua vez concluiu que, na hipótese dos autos, não foi possível verificar qualquer vício na tramitação do processo administrativo, rejeitando a alegada ofensa aos princípios constitucionais invocados pelos impetrantes.

Ocorre que os recorrentes, em relação ao efeito suspensivo postulado, deixaram de demonstrar, de modo específico e individualizado, qual o dano grave, iminente, de difícil ou impossível reparação, ao qual estaria exposta.

Além disso, constata-se também a ausência de demonstração argumentativa específica da fumaça do bom direito.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Dê-se vista ao MPF, para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator